

Editorial

MORTOS SEM SEPULTURA

Apesar de negociada nos estertores da ditadura militar, a Lei de Anistia, de 1979, nunca foi inteiramente aceita por parte da opinião pública, sendo questionada inclusive por uma arguição apresentada ao Supremo pela OAB.

A entidade argumentou que a anistia não beneficiava os agentes do Estado responsáveis pela violação de direitos humanos. No entanto, o STF revalidou a interpretação de que a lei contemplou tanto as vítimas como seus algozes.

Com isso não se conformou, no entanto, o Ministério Público Federal, que criou um grupo para cuidar do assunto, depois que uma sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou o Brasil por um caso no Araguaia.

A tese do MPF é a de que os crimes de sequestro e ocultação de cadáver são permanentes e não foram beneficiados pela Lei de Anistia. Para ele, como os corpos dos desaparecidos não apareceram até hoje, eles estão sequestrados.

Em seu apoio, Cortes internacionais como a da OEA têm posição de que crimes contra a humanidade não prescrevem e não podem ser anistiados. O Brasil deve investigar e denunciar os autores de crimes de desaparecimento forçado.

De sete denúncias feitas pelo MPF à Justiça Federal, nenhuma prosperou, no entanto. Orientando-se pela decisão do Supremo, os magistrados têm rejeitado a tese dos procuradores federais, afirmando que todos foram anistiados.

O ex-ministro Eros Grau é citado com frequência pelos juízes federais em seu apoio. Preso e torturado durante a ditadura, Grau foi o relator, no Supremo, da ação proposta pela OAB, defendendo sua rejeição.

Segundo os juízes federais, os crimes cometidos durante o regime militar estariam anistiados ou prescritos. Assim, a tese de crime permanente não se sustenta, não sendo cabível a revisão da Lei da Anistia.

Os procuradores federais deverão recorrer ao Supremo. Apesar dos poucos casos relatados, entre os quais o do jornalista comunista Mário Alves, pelo Código Penal, o delito de ocultação de cadáver não prescreve.

SEMPRE EDITORA LTDA

FUNDADOR Vittorio Medioli
PRESIDENTE Laura Medioli
VICE-PRESIDENTE Luiz Alberto de Castro Tito
DIRETOR EXECUTIVO Heron Guimarães
DIRETOR FINANCEIRO Marcos de Oliveira e Souza

GERENTE COMERCIAL
Fabiano Guerra

GERENTE DE TECNOLOGIA
Fábio A. Santos

GERENTE INDUSTRIAL
Guilherme Reis

GERENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
Walmir Prado

GERENTE DE MARKETING
Alessandra Soares

GERENTE DE CIRCULAÇÃO
Isabel Santos

GERENTE DE ASSINATURAS
Maria Beatriz Braga Rocha

EDITORA EXECUTIVA
Lúcia Castro

SECRETÁRIA DE REDAÇÃO
Michele Borges da Costa

ADJUNTO DA SECRETARIA DE REDAÇÃO
Murilo Rocha

CHEFE DE REPORTAGEM
Renata Nunes

EDITORES

Opinião: Victor de Almeida

Economia: Karlon Aredes

Política: Carla Kreeft

Magazine: Silvana Mascagna

Brasil/Mundo/Interessa: Carla Chein

Esportes: Denner Taylor

Cidades: Marina Schettini

Primeira: Frederico Duboc

Fotografia: Rejane Araújo

O.PINIÃO

Duke



*Charge publicada em 20/04/13

www.dukechargista.com.br



FÁTIMA OLIVEIRA

Médica

fatimaoliveira@ig.com.br

Quando o verniz de socióloga é apenas um adereço ordinário

Como Roseana não sabe lidar com o sistema penitenciário?

Teoricamente, sociólogos dariam governantes comprometidos com a cidadania. A vida diz que não! É só lembrar os oito anos de governo de FHC e os 20 de Roseana Sarney no Maranhão. Ambos sociólogos.

A mídia e o governo Dilma tipificam de “crise” as cenas de banditismo que amedrontam o povo e acam o governo no Maranhão. Discordo. Não há crise. Há exibição pública do gerenciamento habitual de um Estado à la clã Sarney – como propriedade privada da família! O dismantelo não é de hoje e confirma a célebre frase que “Não há vazios na política”. Quando um governo não comparece, outros assumem o poder de mando.

Quem detém o poder de mando no momento é o crime organizado e entrincheirado, como disse Alberto Dines, na bastilha maranhense de Pedrinhas (“A ilha de felicidade chamada Maranhão”, 11.1.2013): cria do descontrolado carcerário e da imoral terceirização dos serviços, que enche de reais as burras dos amigos, usurpando o direito de ir e vir na ilha de São Luís e matando inocentes. Como Roseana não é responsável? Como uma socióloga não sabe lidar com o sistema penitenciário? A Suécia já demonstrou como se fecham presídios!

A capitania hereditária do Maranhão já deu até o que teria de não dar: uma mártir da violência, Ana Clara Santos Sousa, 6, incendiada que morreu quase à míngua, sem acessar cuidados especializados. No Maranhão, não há unidade de queimados nem pra fazer um chá! As bravatas e lágrimas de natureza escorpionica do sena-

dor e da governadora Sarney são de uma hipocrisia inominável.

O Palácio dos Leões é a casa paterna de Roseana – quando o pai foi eleito governador, ela estava com 12 anos (1966) –, onde, até hoje, usufrui benesses palacianas rodeada de mucamas e lacaios, que cuidam para que nada amue a “Branca”, apelido não à toa! Ser chamada de “Branca” no Maranhão, ainda muito marcado pelas relações escravocratas, possui o significado inequívoco de “sinhazinha”, cercada de mimos, até gastronômicos. Tem sido assim nos quatro man-

Cria do descontrolado carcerário e da imoral terceirização dos serviços, que enche de reais as burras dos amigos. Como Roseana não é responsável?

datos da governadora.

A capitania hereditária do Maranhão já deu o que tinha de dar para os Sarney, hoje riquíssimos. O Maranhão está com parte de seu tecido social esgarçado e o povo sitiado porque eles permitem, via omissão. Se restasse algum “senso de noção”, o pai deixaria que ela trocasse o repouso sexagenário na ilha de Curupu (Raposa, MA) para a ilha de Manhattan (Nova York, EUA), como ela deseja. Mas a vasilha do ter nunca enche, e a sede de poder é inesgotável: a família exige que ela volte para o Senado! É o tributo de gênero das mulheres que entraram na política “tendo como base o poder ancestral, especificamente

o patriarcal” (Fátima de Oliveira, “Em nome do pai... e do clã”, 2002).

No domingo passado, pai e filha publicaram dois artigos que parecem paridos da mesma pena, cuja tônica é a fuga da responsabilidade pelo caos, nos quais dizem que o “Maranhão nunca teve tradição de violência... O que se passou em Pedrinhas é ato de selvageria e barbárie” (“O Maranhão de verdade”, Roseana Sarney, “FSP”, 12.1.2014) e “O Maranhão nunca teve uma tradição de violência. Sempre fomos gente de paz... O Maranhão não merece o que aconteceu em Pedrinhas” (“A violência em seu labirinto”, José Sarney, “EMA”, 12.1.2014). Os crimes do latifúndio e a pistolagem persistem.

Ou seja, padre Antônio Vieira estava certo quando disse, em “Sermão da Quinta Dominga da Quaresma”, “No Maranhão a corte da mentira. O galante apólogo do diabo. O M de Maranhão. No Maranhão até o sol e os céus mentem”.

DUKE

